

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Faculdade de Medicina, Psicologia e Terapia Ocupacional
Curso de Psicologia



Trabalho de Conclusão de Curso

**Problematizações sobre o conceito identidades de gênero: diálogos com o
pensamento crítico descolonial**

Uelquer Guedes de Souza

Pelotas, 2018.

Uelquer Guedes de Souza

**Problematizações sobre o conceito identidades de gênero: diálogos com o
pensamento crítico descolonial**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Psicologia da Faculdade de Medicina, Psicologia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Míriam Cristiane Alves

Pelotas, 2018.

Uelquer Guedes de Souza

Problematizações sobre o conceito identidades de gênero: diálogos com o pensamento crítico descolonial

Trabalho de Conclusão de Curso Psicologia apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Psicologia, Faculdade de Medicina, Psicologia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 06 de agosto de 2018.

Banca examinadora:

.....
Prof^a. Dr^a. Míriam Cristiane Alves (Orientadora).
Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

.....
Prof^a. Dr^a. Lígia Maria Ávila Chiarelli
Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

.....
Prof. Me. Régis de Azevedo Garcia
Mestrado em História da Literatura pela Universidade Federal do Rio Grande.

“Sou de onde penso, no qual se articulam a geopolítica e a corpo-política”.

(MIGNOLO, 2007b)

“Eu prefiro ser essa metamorfose ambulante do que ter aquela velha opinião formada sobre tudo”

(RAUL SEIXAS, 1973)

Agradecimentos

Às resistências

Daquelas pessoas que não mais vivem entre nós

Às tantas cosmovisões que insurgem no modelo acadêmico eurocentrado

Agradeço aos bons encontros que a psicologia me proporcionou

Aumentando em mim a potência de sentir e de pensar criticamente

E de existir

Agradeço ao Núcleo de Pesquisas E'LÉÉKO na pessoa da minha querida professora

Miriam que tanto me ensinou e ainda ensina

Por mais que não cessem as guerras e as dores que nos fazem engolir cotidianamente

Um dia saberão das nossas lutas

Talvez um dia elas cessem

Assim como um dia descobrirão qual o sentido de ser um(a) psicólogo(a)

Espero que até lá não seja mais derramado o nosso sangue

Nunca mais

Resumo

SOUZA, Uelquer Guedes de. **Problematizações sobre o conceito identidades de gênero: diálogos com o pensamento crítico descolonial**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Psicologia) - Faculdade de Medicina, Psicologia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

A colonialidade, como desígnio da modernidade, tem se expressado nas diversas esferas da vida humana, sobretudo na produção das identidades e subjetividades. Logo, a colonialidade do ser e de gênero atuam violentamente contra o que se desvirtua da cisonormatividade. A psicologia teve um papel importante na legitimação e na perpetuação dos estigmas relacionados às identidades de gênero, de modo que são emergentes as discussões não patologizantes sobre a temática. O estudo objetiva problematizar o conceito identidades de gênero inserido no campo da psicologia. Propõe-se possibilidades de diálogo entre este conceito e o pensamento crítico descolonial, enunciando alguns conceitos-chaves para fomentar a discussão. Trata-se de um ensaio teórico, no qual há uma construção de sentido por meio do diálogo entre o objeto de estudo, quem produz o ensaio e o leitor. Para o campo da psicologia, o pensamento crítico descolonial pode se constituir como dispositivo de fomento à complexificação do conceito identidades de gênero e a subversão da lógica hegemônica.

Palavras-chave: colonialidade do ser; colonialidade de gênero; identidades de gênero; psicologia; pensamento crítico descolonial.

Sumário

Apresentação	6
Introdução	8
O pensamento crítico descolonial e a colonialidades	100
Gênero e sexualidades: outros conceitos importantes para a atuação no campo da psicologia.....	155
A interseccionalidade	200
A psicologia como uma ferramenta de transgressão da norma	211
Considerações finais	222
Referências	233

Apresentação

Este texto consiste no meu Trabalho de Conclusão do Curso de Psicologia (TCC) e dedica-se a uma breve investigação sobre as identidades de gênero, abordando alguns conceitos importantes para a discussão e a compreensão dessa temática no campo da Psicologia. Ela foi realizada por meio de uma pesquisa bibliográfica sobre os estudos descoloniais, de gênero e sexualidades e modos de subjetivação. Além de ser uma escrita necessária para o fechamento de um ciclo, trata-se também de uma ferramenta que se apresenta como um manifesto político-teórico-epistemológico capaz de fornecer contribuições a quem estuda o tema e propiciar indagações relevantes para a formação da psicóloga e do psicólogo, independentemente do campo de atuação. As discussões abordadas neste trabalho são frutos dos questionamentos que surgiram, sob a forma de inquietações e inconformismos, ao longo da graduação e que me levaram à busca por uma compreensão mais profunda sobre as identidades de gênero.

É muito importante que, para o início dessa discussão, seja explanado o lugar de onde faço as análises, ou seja, o lugar de onde falo. Por lugar de fala utilizo o conceito de Djamila Ribeiro (2017), ao afirmar que o termo deriva da tradição de discussão sobre o *feminist stand point* – em tradução literal “ponto de vista feminista” – que aborda a diversidade, a teoria racial crítica e o pensamento descolonial. A autora conceitua o termo não apenas como o discurso das experiências individuais dos sujeitos, mas como algo que vem falar sobre as condições sociais que permitem ou não que esses sujeitos acessem lugares de cidadania. Portanto, percebo a necessidade de reconhecer que, como homem com identidade sexual homossexual, já sofri violências devido a minha sexualidade, mas acredito que não posso comparar essas violências com as que as pessoas transgêneras sofrem, por exemplo. Sou homem cisgênero, reconheço os privilégios disso, e a partir de meu processo de transformação, durante a graduação, pude reconhecer diferentes formas de existências que precisam ser ouvidas e precisam também falar.

Durante o percurso acadêmico comecei a questionar os privilégios da minha cisgeneridade, da minha cor, e o peso de ser gay em uma sociedade cheia de preconceito e discriminação, além da incongruência com um modelo que impõe o desejo pelo sexo oposto. Foi nessa explosão de inquietudes e confusões, onde as questões de gênero, raça e sexualidade me atravessavam, que busquei compreender as possibilidades de existências para além da minha.

A atuação em um projeto de extensão possibilitou-me conhecer um estudante, morador da Casa do Estudante da Universidade, negro e que manifestava muito das expressões femininas em seu corpo. Muito confuso, ele buscava por respostas para o que estava sentindo quanto a sua sexualidade e seu gênero. Sua narrativa expressava muita tristeza, abandono e desinteresse pela vida. Aquela situação era muito nova para mim. Tanto eu quanto a profissional que me acompanhava no atendimento ao garoto não sabíamos como lidar com aquela situação.

No ano de 2016, tive a oportunidade de trabalhar como bolsista junto ao Observatório de Gênero e Diversidade da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Foi uma experiência enriquecedora, pois havia muitos projetos que discutiam sobre o feminismo e sobre a luta contra a homofobia. Mas eu me perguntava: onde estavam as discussões que envolvem as questões das pessoas trans, assim como das demais populações LGBT? Este questionamento despertou em mim a preocupação com a minha formação acadêmica e profissional e o inconformismo em continuar reproduzindo a invisibilização de outras possíveis identidades de gênero, caso eu não fizesse algo diferente. No ano seguinte, 2017, passei a atuar no Núcleo de Estudos e Pesquisas É'LÉÉKO, cuja base epistemológica parte do pensamento crítico pós-colonial e descolonial que fundamentam a escrita deste trabalho. Neste núcleo de pesquisas encontrei possibilidades para problematizar de maneira interseccional o conceito identidades de gênero. Foi nele também que surgiu o problema deste estudo, pois ao olhar para a minha trajetória no curso de Psicologia, tendo trabalhado com as questões de gênero, passei a questionar: como podemos pensar a construção de um caminho epistemológico capaz de produzir práticas em psicologia que promovam o respeito às identidades de gênero, à dignidade humana e que busquem a subversão do modelo hegemônico de gênero?

Este trabalho foi escrito em formato de artigo, com o objetivo de ser submetido à publicação no periódico científico *Fractal Revista de Psicologia*, vinculado ao Programa de Pós-graduação *Strito sensu* em Psicologia da Universidade Federal Fluminense. Além de ser uma revista com foco no diálogo entre as diferentes vertentes de pesquisa no que diz respeito ao campo da psicologia, também busca estimular o diálogo com diferentes áreas do conhecimento, cujos temas também se preocupem com os processos de subjetivação dos sujeitos. A seguir apresento a escrita realizada em sua forma inicial, por considerar os estudos sobre gênero algo tão amplo e complexo e pretender continuar investigando sobre esta temática.

Problematizações sobre as identidades de gênero: diálogos com o pensamento crítico descolonial

Introdução

Vivemos em uma sociedade patriarcal e racista, que preza o modelo da branquitude e a diferença entre os sexos como forma de designar os gêneros das pessoas. Nossa sociedade ainda reproduz um sistema regido por um modelo que alinha sexo, gênero e desejo. Além disso, ainda encontramos o modelo binário de gênero que age com violência sobre as pessoas que não se identificam com o gênero que lhes é atribuído ao nascer. Diante desse cenário, surgem as práticas no campo da psicologia que, a princípio, devem dar sentido à promoção dos direitos, da autonomia e da dignidade do sujeito que emerge dentro dos modelos hegemônicos.

Durante a graduação no curso de psicologia, muitos foram os encontros com as questões de gênero. No entanto, a maior parte deles se deu de forma muito restrita e generalizante às questões do feminismo e também à luta contra a homofobia. Quando surgiam questões sobre as identidades transgêneras, pouco era discutido. Talvez isso ocorresse devido à falta de produção de conhecimento sobre o tema, aliado à falta da oferta de disciplinas e a escassez de espaços para promoção desses debates.

No ano de 2017, ao iniciar as atividades de pesquisa, ensino e extensão no Núcleo de Estudos e Pesquisas E'LEÉKO, foi possível realizar a produção de um conjunto de discussões e reflexões sobre as identidades de gênero que, de forma mais ampla, oportunizaram um olhar diferente para essa questão. Foi neste núcleo que fui apresentado aos estudos descoloniais que, sem dúvida alguma, têm contribuído para o curso de psicologia e contribuiu também para a construção do presente trabalho.

O pensamento crítico descolonial tem possibilitado a produção de questionamentos e respostas epistemológicas sobre o projeto moderno/colonial, a partir do subalterno, com a finalidade de alcançar a superação das relações de opressão e exploração construídas a partir de uma diferença civilizatória, racial, de gênero e sexualidade que hierarquiza o dominador em relação ao dominado, produzindo uma subjetividade subalterna.

Diante dessas considerações iniciais e da complexidade inerente às identidades de gênero, manifestadas dentro do modelo colonial, racista, patriarcal e binário de

gênero, que são traçados os objetivos do presente trabalho. O seu objetivo geral é problematizar o conceito identidades de gênero e a inserção deste no campo da psicologia. Os objetivos específicos são: tecer possibilidades de diálogo entre este conceito e o pensamento crítico descolonial; propor uma discussão sobre os estudos de gênero e sexualidades e as suas contribuições, enunciando alguns conceitos e as relações entre eles; pensar as práticas em psicologia referentes às identidades de gênero e, ao final, pôr em discussão a necessidade de uma atuação política em psicologia que possa ser capaz de promover o respeito à diversidade das identidades de gênero.

Trata-se de um ensaio teórico que, segundo Meneghetti (2011), busca a compreensão de um determinado objeto, onde sistemas rígidos ou qualquer tipo de essencialismo devem ser evitados. Ao seguirmos a proposta do autor procuramos evitar reducionismos e discussões dicotômicas vazias, tendo como desafio a produção de sentidos por meio do diálogo entre o objeto de estudo, quem o produz e quem o lê.

Para isso, é necessário nos colocarmos permanentemente de modo crítico, compreensivo e ao mesmo tempo, dialógico ao que inicialmente nos propusemos a problematizar. Meneghetti (2011) nos afirma que um ensaio não necessita apresentar conclusões afirmativas e muito menos produzir novas verdades, mas questionar as já existentes, ou seja, ele é construção e destruição. É nessa perspectiva de fluidez, assim como as questões de gênero se apresentam, que me coloco nessa construção ensaística, num vir-a-ser.

Para tanto, meu percurso iniciou com a identificação e a nomeação das questões que em mim se movimentavam. Uma das quais foi falar sobre gênero, mais especificadamente sobre identidades de gênero. O que me levou a essa tentativa inicial e provisória que, sem qualquer pretensão de responder de forma definitiva às questões que venham a surgir, pretende buscar por reflexões que promovam sentido à relevância do tema abordado.

Como ponto de partida, serão evidenciadas as contribuições do pensamento crítico descolonial sobre a modernidade/colonialidade. Os conceitos de colonialidade do poder, do saber, do ser e do gênero são lançados como proposta para refletirmos sobre o conceito identidades de gênero e também como ele tem sido tratado pela psicologia. Em seguida será feita uma discussão sobre os estudos de gênero e sexualidade como categorias de subjetivação, suas contribuições, ao mesmo passo que serão enunciados alguns conceitos e as suas relações, como forma de elucidar as possíveis dúvidas referentes à temática. Por fim, o olhar interseccional será lançado como mecanismo para

pensarmos sobre as práticas em psicologia referentes às identidades de gênero. Tais práticas colocarão em discussão a necessidade de uma atuação política em psicologia, capaz de promover o respeito às identidades de gênero.

O pensamento crítico descolonial e as colonialidades

A Modernidade/Colonialidade enquanto projeto civilizatório colonial, racista e patriarcal tem sido problematizada por um grupo de intelectuais que vêm construindo um pensamento crítico descolonial a partir da América Latina (QUIJANO, 1997; MALDONADO-TORRES, 2007; LUGONES 2008). Segundo Costa e Grosfoguel (2016), o pensamento crítico descolonial está associado às contribuições conceituais de autores latino-americanos que buscam priorizar uma forma de pensar as questões e afetações que a modernidade/colonialidade causa aos sujeitos. A proposta de um pensamento descolonial implica um projeto político que busca problematizar e redimensionar as diferenças e desigualdades raciais, de gênero e sexualidades no meio social, partindo de espaços geopolíticos e também de corpos políticos para a construção de uma episteme que subverta os padrões e modelos hegemônicos de poder (BALLESTRIN, 2013).

O pensamento descolonial nos fornece conceitos muito importantes para a condução das nossas discussões no que se refere à subalternização das identidades de gênero. O primeiro deles é a colonialidade, que Quijano (1997) anuncia como um sistema advindo do colonialismo, este último analisado por Fanon (2005) que atribui à violência o papel central para o seu funcionamento. A colonialidade parte da concepção de humanidade, cuja população do mundo se diferencia em humanos e não-humanos, primitivos e civilizados, donos do poder e subalternos, reproduzindo as violências e hierarquias da relação colonial ao articular o seu controle por meio da formação racial, da divisão do trabalho, da produção de conhecimento, dos corpos, do gênero, das sexualidades e das subjetividades (QUIJANO, 2007).

Segundo Mignolo (2003), a colonialidade e a modernidade podem ser consideradas como as duas faces da mesma moeda, por isso a utilização do termo modernidade/colonialidade. Para essa compreensão basta pensarmos o moderno advindo da imposição de um sistema capitalista europeu, onde apenas os homens brancos tinham acesso às riquezas e mantinham o poder sobre as pessoas não brancas ao criarem o conceito de raça como forma de exploração. Na analítica descolonial, a

modernidade/colonialidade tem como projeto a constituição do perfil de um sujeito que esteja apto às exigências da produção e do trabalho: homem branco, casado, heterossexual, disciplinado, trabalhador e dono de si mesmo (CASTRO-GÓMEZ, 2005). Esse mesmo homem precisa, também, se identificar com o gênero que lhe foi atribuído ao nascer. No entanto, a produção deste ideal de sujeito age direta e violentamente sobre as possibilidades de existências que fogem desse modelo.

O conceito de colonialidade é atualizado por Quijano (2005) para a colonialidade do poder; e em seguida Castro-Gómez e Ramón Grosfoguel (2007), Lugones (2007) e Maldonado-Torres (2007a) propõem o seu desdobramento para outras categorias de análise. É uma proposta de revolução crítica para as nossas práticas de produção de conhecimento, pois nos tenciona a questionarmos os saberes que circulam globalmente na humanidade e que foram tidos por muito tempo como verdades universais e absolutas, além de nos auxiliar no reconhecimento dos saberes que surgem dos lugares subalternizados.

A colonialidade do saber é caracterizada por Castro-Gómez e Ramón Grosfoguel (2007, p. 20) como “uma atitude colonial frente ao conhecimento”. Os autores fazem referência às ciências hegemônicas que tiveram origem na Europa, e que universalizaram a existência do ser humano nos impedindo de compreender o mundo a partir do lugar em que vivemos. Este conceito nos provoca a pensar, de forma crítica, o quanto a psicologia, como área do saber com os seus manuais, diagnósticos e abordagens, contribuiu para o projeto colonial de patologização das identidades de gênero. Castro-Gómez (2005) atribui à filosofia pós-moderna e aos estudos culturais as fortes críticas às patologizações ocidentais. O autor ainda destaca que ambas as correntes apontam que “tais patologias se devem ao caráter dualista e excludente que assumem as relações modernas de poder” (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p. 87).

Carneiro (2013) contribui no mesmo sentido ao nos informar que a psicologia contribuiu com as estratégias de exclusão e de eugenismo nas sociedades ocidentais por meio da patologização da diversidade humana. O autor discorre sobre a utilização, por parte das ciências sociais, de pressupostos epistemológicos e ontológicos que desrespeitam a diversidade quando legitimam e naturalizam a diferença homem e mulher, para manter a chamada ordem social. Outro pensador que contribui para essas análises é Foucault (1999), ao afirmar que a psicologia se constituiu enquanto disciplina da norma, reafirmando a existência de uma humanidade universal.

No cenário da universalização do humano é que surgem as identidades que não se encaixam nos moldes e categorias de classificação, como é o caso das pessoas transgêneras. Lanz (2015) afirma ser justo sabermos que a sociedade cisnormativa nomeia as pessoas que infringem as normas de gênero como doentes mentais com alguns propósitos, sendo eles o controle, a punição e a aniquilação dessa população. Em contrapartida a isso, são atuais as discussões sobre a despatologização das identidades de gênero. No entanto, os manuais diagnósticos ainda consideram a transgeneridade como uma psicopatologia, sendo elencada na categoria disforia de gênero no atual Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM V) em sua 5ª edição que, em sua versão anterior a nomeava como transtorno de identidade de gênero (BENTO, 2016).

Após estas considerações, parece ser importante que sejam trazidos mais alguns conceitos do pensamento crítico descolonial, como proposta para nossas investigações sobre os sistemas dominantes que ainda hierarquizam e subalternizam a vida de algumas pessoas e grupos. A partir das análises da construção do conceito de raça como um modo de aniquilar o que não segue o padrão branco, o pensamento descolonial lança mão de mais dois conceitos: a colonialidade de gênero e a colonialidade do ser.

Uma das precursoras nos estudos feministas descoloniais sobre gênero e colonialidade é Lugones (2007), que por meio da análise interseccional faz críticas ao padrão hegemônico imposto por um sistema patriarcal e racista que ainda dita modos de manutenção dos comportamentos, do gênero e da sexualidade. A autora nos propõe discussões capazes de apontar que o sistema colonial/moderno de gênero é um dispositivo de controle imposto pela modernidade e que se reproduziu dentro do próprio grupo Modernidade/Colonialidade. Como exemplo disso, a autora cita as visões iniciais de Quijano quanto às questões de gênero, fundamentadas em percepções simplistas, biológicas e machistas (LUGONES, 2007).

Considerando o contexto da América Latina, Lugones (2007) faz uma crítica às teorias feministas generalizantes que excluem as mulheres com especificidades relativas à raça e à classe. A autora contribui para a percepção de categorias que atravessam as identidades de gênero dos sujeitos, pois vivenciamos uma “hierarquia dicotômica entre o humano e o não-humano como a dicotomia central da modernidade colonial” (LUGONES, 2014, p. 936). Hierarquia esta que invisibilizou a existência da mulher negra.

Lugones (2007), discorrendo sobre a colonialidade, nos fala sobre a existência de um sistema moderno colonial de gênero que não leva em conta as relações raça e classe em suas categorias. Nesse sistema, existem os humanos – o homem branco detentor da perfeição e da razão, a mulher branca, considerada como o inverso do homem branco, tendo como características a passividade e a pureza, de modo que a ambos foram instituídos papéis dentro das sociedades ocidentalizadas. Mas também existem os não-humanos, ou segundo Lugones (2007), os bestializados. Nessa sociedade moderna/colonial/ocidentalizada, observa-se a invisibilização das pessoas negras, afinal, a elas foi negado o direito de viver em sociedade e exercer os seus papéis ocupacionais, de gênero e tantos outros. Ainda quanto ao gênero, o que fugir do padrão binário homem/mulher-masculino/feminino, como por exemplo, as pessoas intersexuais, gays, lésbicas, entre outros, era entendido como aberração da perfeição masculina (LUGONES, 2014).

Ao falar sobre as questões das pessoas intersexuais Lugones (2008) sinaliza que o sistema que hierarquiza e dicotomiza o gênero faz com que as pessoas responsáveis por nascituros que se encontram nesta condição recorram a cirurgias de correção respaldadas pela lógica binária. Precisamos urgentemente nos questionar sobre tais procedimentos, visando à saúde física e psicológica das pessoas intersexuais. Quanto à lógica binária que se baseia apenas no modelo biológico dicotômico, o corpo intersexual surge como uma provocação a esse modelo. Infelizmente, nas nossas sociedades os corpos intersexuais são vistos como não normais, o que acarreta muitos sofrimentos às pessoas que nasceram com essa condição.

Ao afirmar que gênero é construído socialmente, partindo-se de características biológicas e dicotômicas, Lugones (2008) vai nos afirmar que primeiro é construído o gênero e em seguida essa categoria é aplicada aos corpos. Mas e quando esses corpos não existem? Quando eles são invisibilizados? Os corpos negros, por exemplo, foram e continuam sendo apagados nas nossas sociedades modernas/coloniais. Eis os questionamentos que podem nos provocar a pensar sobre as identidades de gênero para além do binarismo homem/mulher-masculino/feminino. Nossa sociedade patriarcal, edificada pela modernidade/colonialidade, privilegia a cor branca e a diferença (ter pênis ou vagina), atribuindo à cis-heteronormatividade o padrão a ser seguido.

Trazidas as contribuições de Lugones para pensarmos gênero e raça como projetos de classificação e subalternização, são dados passos muito importantes para pensarmos o processo de subjetivação pelo qual as pessoas colonizadas são submetidas.

O conceito de colonialidade do ser, desenvolvido por Maldonado-Torres (2007a), também contribui para as nossas análises no que diz respeito à existência e à identidade subalternizada. O autor nos diz que este conceito vai tratar dos efeitos da colonialidade na experiência vivida, isto é, do aparato existencial e subjetivo do sujeito produzido pelos sistemas de dominação. No que tange às identidades de gênero, a colonialidade do ser subalterniza, impede e extermina as possibilidades de existência referentes aos gêneros que não se ajustam ao modelo binário.

Foucault (2004), em sua análise sobre a subjetivação, busca compreender os diferentes modos pelos quais os seres humanos se tornam sujeitos. Ao construir uma análise genealógica da sexualidade, Foucault (1988) reflete sobre as práticas culturais ocidentais que sustentam as bases da formação das subjetividades no contemporâneo. Para o autor nenhuma pessoa nasce pronta e é no encontro com o outro e em sociedade que as pessoas tornam-se sujeitos ou assujeitados quando confrontados com a lógica de poder que parte dos sistemas de dominação.

Dito isto, é possível considerarmos os sentidos da constituição das subjetividades dos sujeitos que, conforme Foucault (2008) se dá de duas maneiras. Na primeira delas, o sujeito é subjetivado pela significação que ele faz das verdades que lhe são impostas, já na segunda, essa mesma ação de subjetivação é questionada, ao se pensar formas de como tornar-se sujeito sem ser sujeitado. Foucault nos apresenta o processo de subjetivação como sujeição e também como resistência, ou prática de si, em relação às práticas coercitivas que corroboram para a legitimação dos modelos impostos pelas instituições.

É fato que as análises Foucaultianas partem da sexualidade como dispositivo de controle. No entanto, algo que o autor também faz, e que certamente contribui para a presente discussão sobre as identidades de gênero, é pensar o corpo como organismo disciplinar. O mesmo corpo que é atravessado pelas questões sexuais é também o corpo atravessado pelas instituições de gênero. O autor corrobora para a compreensão do surgimento do corpo humano como objeto da disciplina, forjado por estratégias políticas de saber-poder do Estado na mesma lógica do poder pastoral cristão, mas também como contraconduta a ele.

Avançamos então nessa discussão ao observarmos a necessidade de provocar nos sujeitos o enfrentamento que Foucault nos sugere, ou seja, a descolonização das identidades de gênero e por descolonização será utilizado o conceito de Kilomba (2010). Esta autora se refere à destruição da colonialidade e dos seus padrões de poder e

nos diz que como ato político o termo descreve a conquista por autonomia e a efetivação da independência daquela pessoa que foi colonizada, ou seja, da prática de si.

É possível visualizarmos a psicóloga e o psicólogo como agentes atuantes nesse processo, ao receberem nos espaços de acolhimento, sejam eles privados ou coletivos, os sujeitos que procuram por auxílio quanto às questões identitárias de gênero. Para isso, será necessária uma atuação eficaz e que respeite a existência dos sujeitos. É preciso que os profissionais de psicologia conheçam os estudos e os conceitos referentes às abordagens de gênero e sexualidade, suas relações, proximidades e diferenças.

A relação entre gênero e sexualidade deve ser problematizada no campo da psicologia, pois por muito tempo universalizou-se a figura do sujeito inserido nas lutas da população LGBT e do feminismo. Foi durante as experiências vividas no curso de graduação que pude perceber que, na maior parte dos debates realizados e em algumas poucas disciplinas ofertadas pela Universidade, a maior atenção é dada para as questões sexuais, como no caso da luta contra a homofobia. Isso acaba por generalizar e excluir a luta de outras populações, enquanto que as discussões de gênero acontecem com pouca frequência e quando ocorrem é de forma não curricular, como complemento para a formação do discente. É verdade que são bastante atuais as discussões sobre gênero, mas algo muito preocupante é a ausência de disciplinas ofertadas no curso de psicologia da Universidade Federal de Pelotas, que abordem essa temática em profundidade. Esses apontamentos podem nos provocar alguns questionamentos, dentre eles se a psicologia enquanto área de conhecimento tem se preocupado com a formação da subjetividade dos sujeitos no que diz respeito às questões identitárias de gênero. Esse questionamento se tornou inquietude, e em virtude disto, alguns conceitos são discutidos como forma de nos guiar no desenvolvimento deste trabalho, assim como nas nossas reflexões sobre gênero e sexualidade.

Gênero e sexualidades: outros conceitos importantes para a atuação no campo da psicologia

No decorrer de nossas práticas em psicologia as pessoas irão buscar auxílio por vários motivos, e independente da área em que estivermos atuando, precisamos estar atentos ao que possa estar causando o sofrimento psicológico dessas pessoas. Por conta disso, serão apontados alguns dos conceitos elucidativos quanto aos domínios que possam ser utilizados como justificativa para a violência contra os sujeitos no que diz

respeito a gênero e sexualidade. Essas categorias precisam ser analisadas de forma separada, porém concomitantemente, para que não cometamos o erro de confundi-las entre si.

Vivemos em uma sociedade que é cisnormativa, caracterizada por uma normatividade colonial sobre as identidades inconformes de gênero (VERGUEIRO, 2015). Isso ocorre porque observamos o poder de decisão sobre as pessoas não-cisgêneras centralizado nas mãos de pessoas cisgêneras em muitos ou quase todos os âmbitos da vida. Por cisgeneridade será trazido o conceito de Vergueiro (2015), que afirma tratar-se da identidade da pessoa cuja experiência de gênero corresponda ao gênero atribuído no nascimento a ela. No entanto, existem pessoas que não encontram conformidade, ou não se adaptam ao gênero atribuído no nascimento. Segundo Lanz (2015, p. 121) afirma, ao referir sobre a formação das identidades transgêneras, se tratar de uma reconfiguração da identidade de gênero, realizada de forma autônoma pelo próprio sujeito, resultante de um processo de não identificação ou de transgressão das normas de conduta do dispositivo binário de gênero.

A Carta de Princípios de Yogyakarta¹ conceitua identidade de gênero como a experiência interna que cada sujeito tem “em relação ao gênero, que pode, ou não, corresponder ao sexo atribuído no nascimento”, incluindo-se também a percepção que o sujeito tem sobre o seu próprio corpo e outras expressões de gênero, como o modo de vestir-se, como fala e os seus trejeitos. Este conceito precisa ser diferenciado do conceito de orientação sexual como forma de evitar a invisibilização das lutas por reconhecimento e direitos, seja por identidade de gênero ou identidade sexual. Essa diferenciação também deve ser feita para que estejamos atentos em nossas práticas sobre qual a possível dimensão subjetiva do sujeito que possa estar sendo violentada pelos modelos e padrões da sociedade cis-heteronormativa.

Por sexualidade iremos utilizar o conceito de Silva (2015), que a compreende como a dimensão da experiência humana que compõe os sujeitos, que não se manifesta necessariamente apenas da anatomia e que se constitui, também, em uma complexa rede de associações e elementos socioculturais.

Com a elucidação do conceito anterior podemos abordar o conceito de orientação sexual, que Simões e Fachinni (2009) referem como um dos componentes

¹ Os Princípios de Yogyakarta foram construídos em 2007, na Indonésia, em uma conferência organizada por um conjunto de organismos internacionais com o objetivo de desenvolver princípios jurídicos internacionais sobre a aplicação da legislação internacional às violações de direitos humanos baseadas na orientação sexual e identidades de gênero.

das identidades dos sujeitos. Conceito que consolidou o movimento LGBT contemporâneo, bem como as discussões sobre os direitos individuais e sexuais das pessoas homossexuais e a luta contra a homofobia. No entanto, ao desenvolverem essa conceituação os autores irão dizer que a orientação sexual diz respeito à direção para onde o desejo e o prazer sexual de um sujeito se movimenta: se para o sujeito do sexo oposto ou para o sujeito do mesmo sexo. Ainda, segundo Simões e Fachinni (2009), a identidade, o desejo e o comportamento dos sujeitos compõem a orientação sexual, mas não caminham de forma alinhada aos modelos instituídos. Os autores ainda explanam sobre um modelo normativo, que diz que para a pessoa ter uma vida sexual normal, deve existir uma conexão entre o sexo do corpo em que nasceu, o modo como ela percebe a si mesma (a identidade de gênero) e o desejo que sente desde que esse esteja orientado para a pessoa do outro sexo.

De acordo com Paiva (2008), a heteronormatividade pode ser compreendida como um sistema que regula, hierarquiza e subalterniza a existência humana. Um alinhamento heteronormativo entre gênero, desejo e sexualidade dita, por exemplo, que uma verdadeira mulher é aquela que demonstra um comportamento feminino, que deseja afetiva e sexualmente apenas homens, fazendo uso assim apenas das práticas sexuais concebidas como normais dentro das sociedades. Esse alinhamento subalterniza tudo o que se encaixa nele e justifica, de forma equivocada, o que é ser mulher dentro das nossas sociedades. Esses apontamentos nos demanda a seguinte questão: E as pessoas pertencentes às categorias que se encontram fora desse alinhamento, não podem ser consideradas mulheres? Esse questionamento nos leva a compor mais análises sobre as questões de gênero.

Scott (1995) põe em discussão a temática do gênero, ao tratar do discurso da diferença dos sexos e salientar que este discurso não trata apenas das ideias, mas também dos modelos que são institucionalizados e das práticas diárias dos sujeitos, seguido das suas performances, formalidades e tudo o que é constituído pelas relações sociais. A autora afirma que o discurso é um instrumento que organiza o mundo e é inseparável da organização social. Nesse sentido, o gênero é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. Scott (1995) assevera que a organização social não deveria originar-se obrigatoriamente da diferença sexual, que essa diferença possui uma estrutura social fluida e que precisa ser analisada de acordo com os seus diferentes contextos históricos. Ou seja, gênero não pode ser compreendido como um conceito

biológico, mas sim uma construção cultural e social, de modo que os modelos instituídos numa perspectiva hierárquica e universalizante devem ser questionados.

Outras contribuições para as discussões de gênero são as elaboradas por Butler (2003), ao propor a desconstrução desse conceito e sugerir também a desconstrução das identidades. A autora problematiza a divisão sexo/gênero, que opera como pedra angular das teorias feministas, onde o sexo é tido como algo natural e o gênero socialmente construído e que pressupõe o sujeito com uma identidade fixa. Ao discorrer sobre as teorias feministas iniciais que, de forma equivocada, faziam a associação do feminino à fragilidade e à submissão, as análises de Butler (2003) nos propõe uma divisão nessa figura feminista. A autora constata que as teorias feministas iniciais não consideraram uma relação muito importante: a relação gênero e desejo (BUTLER, 2003).

O conceito de heterossexualidade compulsória que Butler (2003) apresenta como o modelo sexual imposto para as nossas sociedades nos faz refletir sobre a universalização do que ainda se acredita ser mulher dentro da luta feminista, uma figura tida como dócil e com o desejo voltado para o modelo sexual masculino. Por meio das análises da tríade sexo/gênero/desejo é possível problematizarmos a categoria de luta “mulheres” que por tanto tempo apagou outras figuras e grupos inseridos nas lutas feministas como no caso da mulher lésbica e da mulher trans.

Butler (2003, p.25) também contribui para pensarmos o sexo como algo não natural e sim construído, discursivo e cultural como o gênero, quando nos diz que “talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma”. Constantemente nos deparamos com o discurso da equivalência entre sexo e gênero no modelo binário homem/mulher-masculino/feminino. Construções que são aplicadas aos corpos antes mesmo dos sujeitos nascerem, pois são feitas escolhas que só caberiam aos próprios sujeitos experienciar e decidir sobre elas. Dentro desse cenário, muitas vezes, os sujeitos que não encontram consonância com as escolhas pré-estabelecidas para eles acabam sofrendo por não sentirem um pertencimento às identidades que lhes são impostas muito cedo.

Dentro do modelo binário de gênero surgem então as categorias identitárias e subjetivas dos sujeitos. Não é muito difícil nos depararmos com situações como quando encontramos uma pessoa grávida e automaticamente a questionamos se o nascituro é um menino ou uma menina. Ora, se gênero é algo construído, o nascituro não passa de um

corpo, ou um projeto disso. Ao impormos o modelo dicotômico aos corpos acabamos por reproduzir o ideal binário de gênero.

É contra esse modelo que Butler (2003) atua ao nos propor a desconstrução do gênero e a subversão das identidades. A autora parte das análises sobre o feminismo e do que ela chama de genealogia do gênero, defendendo a ideia de se pensar o feminismo como um movimento que não alimente mais a noção de identidade fixa para o sujeito, ao mesmo passo que defende a nomeação das identidades de gênero possíveis e nas suas afirmações, como formas de garantia dos direitos políticos e civis dos sujeitos.

Ao nos propor a retirada do sujeito feminino categorizado como o centro das políticas feministas, Butler (2003) nos propõe a desconstrução das identidades como respeito à pluralidade. A autora também faz críticas à política que obriga a presença de um sujeito estável na luta sobre a representatividade e que impede as outras pessoas de expressarem identidades diferentes (BUTLER, 2003). Essas outras identidades acabam tendo as suas questões invisibilizadas, como é o caso da luta das pessoas trans nos movimentos LGBT's, onde por muito tempo a pauta da luta contra a homofobia acabou por dar mais atenção às pessoas gays e excluírem as pessoas trans. Essa última população pode sofrer violências que a população gay ou lésbica não passa, portanto, a luta contra a transfobia precisa ocorrer de forma autônoma. Devido a essas questões é necessário nos preocuparmos urgentemente com a formação e atuação de profissionais em psicologia que estejam atentos aos mais diversos tipos de violências para que as identidades de gênero inconformes não sejam subalternizadas.

Para pensarmos então sobre as identidades de gênero dos sujeitos que não se conformam à lógica binária da norma, precisamos compreender o processo social e cultural em que os sujeitos surgem e atuam. Precisamos também conseguir localizar as violências que eles sofrem e as formas como estas se dão, pois elas se atualizam. Cada contexto existencial deve ser considerado. No que diz respeito ao contexto da modernidade/colonialidade nos deparamos com o gênero e o sexo como categorias que são aplicadas aos corpos e para, além disso, com fatores que atravessam as instituições de gênero como as categorias sexualidade, raça e classe. Nesse cenário surgem os coletivos com os seus movimentos de (re)existências que desafiam a lógica colonial, pois ao serem excluídos se movimentam para reivindicar os seus direitos. As identidades de gênero como categorias que se afirmam fixas, mas que não se coisificam, surgem no contemporâneo como dispositivos para a reivindicação por respeito. Elas são

culturais, históricas, e são respostas políticas a determinados padrões impostos culturalmente.

Lugones (2014) afirma que a modernidade organiza o mundo ontologicamente em termos de categorias homogêneas e separáveis, ou seja, o humano é organizado como uma unidade possuidora de vários elementos que podem o qualificar. No entanto, para pensarmos as identidades de gênero nas nossas práticas em psicologia, considerando o contexto da modernidade/colonialidade necessitamos do olhar integral e interseccional.

A interseccionalidade

Como vimos até então, nascemos e crescemos imersos em modelos e realidades sociais que são construídas histórico-política-socialmente. Dentro destes modelos encontramos as mais diversas formas de classificações que ordenam as relações e os modos como as pessoas dirigem as suas vidas e também as vidas dos outros. Essas classificações produzem diferenças, hierarquizações e dicotomias que subalternizam as subjetividades. Pensando por esse modo, precisamos estar atentos ao que produz essas diferenças, aos marcadores sociais que por muitas vezes subalternizam e aniquilam as mais diversas formas de existência. Esses apontamentos precedem a discussão sobre o que conhecemos hoje como interseccionalidade.

Segundo Crenshaw (2002), a interseccionalidade tem como finalidade a captura das consequências da relação entre dois ou mais tipos de violências que são acometidas contra o subalternizado. A autora refere que a interseccionalidade problematiza o modo como sistemas de dominação e discriminação geram desigualdades que estruturam as formas de poder sobre o sujeito subalternizado. E, salienta que raça e gênero são partes da estrutura colonial hierárquica e dicotômica, de modo que devemos constantemente nos questionar sobre a invisibilidade interseccional.

Conforme Espinosa-Minõso (2014), a modernidade/colonialidade tem como seu produto um mundo moderno racista, androcêntrico, sexista e misógino. Em suas análises a autora nomeia algumas violências que a mulher sofre dentro dos próprios movimentos feministas e nos aponta a urgência em pensarmos nas causas raciais dentro de qualquer movimento social.

Na nossa sociedade colonial e racista, antes mesmo de um corpo trans, antes do desejo pelo sujeito do mesmo sexo, antes mesmo de um corpo intersexual, as pessoas

enxergam o corpo negro nos espaços. Por isso a necessidade de pensar a construção de uma atuação política em psicologia que promova uma escuta ativa, em qualquer campo de atuação, para que ela seja capaz de detectar a violência racial assim como outros tipos de violência contra os sujeitos. É preciso, logo após isso, lançar mão de uma práxis que nos guie para o processo político de emancipação desses sujeitos. Promovendo, como já nos disse Foucault (2008), a autonomia com base nas práticas de si, quando o sujeito se percebe através da sua própria experiência praticando o autoconhecimento e o espírito crítico frente às verdades construídas e naturalizadas.

A psicologia como uma ferramenta de transgressão da norma

O primeiro princípio fundamental do Código de Ética Profissional da Psicóloga e do Psicólogo orienta que a/o profissional “baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos” (CPF, 2005, p.07). Portanto, praticar o olhar interseccional é estarmos atentos às violências que estruturam, hierarquizam e organizam as relações em nossa sociedade e que ferem diretamente a dignidade e a liberdade dos sujeitos.

São atuais as discussões não patologizantes sobre as identidades de gênero, assim como as discussões sobre políticas públicas que assegurem direitos básicos fundamentais à população LGBT. A ausência de ferramentas de proteção à vida humana por décadas tem promovido sofrimentos psicológicos e ético-políticos que, segundo Sawaia (1999) se manifestam através da negação, imposta socialmente por parte de uma classe dominante, das possibilidades dos sujeitos se sentirem e estarem no mundo, e também quando essas mesmas pessoas veem a potência de serem consideradas humanas ser diminuída.

A psicologia, como um movimento de transgressão, tem sido agente que está contribuindo para as mais diversas transformações no cenário de luta pela dignidade dos sujeitos subalternizados e são muito recentes as conquistas dos direitos de algumas populações. Recentemente foi publicada a Resolução nº 01/2018 do Conselho Federal de Psicologia, que estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis. Sem dúvida alguma, esta Resolução surge como um manifesto político que diz sobre a nossa atuação profissional e que proclama a

liberdade da vida e de todas as possíveis expressões do gênero e da sexualidade humana.

Não muito distante disso, foi no início do corrente ano de 2018 que o Supremo Tribunal Federal garantiu a possibilidade de que pessoas transgêneras alterarem o sexo e o nome que constam em seus registros civis sem ser necessária a obtenção da autorização judicial. Foi uma grande conquista para essa população e os/as agentes que atuam no campo da psicologia devem estar atentos ao exercício desse direito, reforçando-o a essa população.

No mais, até poucos dias atrás, as pessoas transgêneras eram consideradas doentes mentais pelos principais manuais de diagnóstico, devido à classificação da Organização Mundial de Saúde (OMS). Os movimentos LGBTs, com o apoio da psicologia e de outras grandes áreas do conhecimento, conseguiram a retirada da transexualidade da lista de transtornos mentais, segundo a nova edição da Classificação Internacional de Doenças (CID). São vitórias como as apontadas até então que nos fazem acreditar na profissão de psicólogo/a. E que onde quer que o seu agente esteja, ele pode ser um interlocutor capaz de promover a transformação das realidades existentes, dando voz aos silenciados, atuando nos movimentos sociais e comunitários e prestando um serviço que valorize as mais diversas formas do sujeito viver e expressar o seu gênero.

Considerações finais

A partir do pensamento crítico descolonial parece-nos que é possível a reconstrução do cenário histórico produzido pela modernidade/colonialidade, pois ele nos provoca no sentido de pensarmos em lugares de fala, em vozes que historicamente foram caladas e subalternizadas. Lugares que remetem ao reconhecimento das lutas sociais que reafirmam as identidades de gênero, considerando todos os possíveis atravessamentos que redimensionam as violências acometidas sobre estas populações.

O pensamento crítico descolonial emerge como uma resposta política e epistemológica a partir do sujeito colonizado. Para o campo da psicologia, ele tem a potencialidade de produzir novos olhares para as lutas e (re)existências sociais e seus processos de subjetivação.

As identidades de gênero (re)existem e se reformulam em um processo social e histórico. O olhar interseccional nos possibilita um olhar crítico em uma clínica política

engajada, capaz de contribuir para a subversão do modelo hegemônico, binário, branco cisnormativo.

Diante das problematizações levantadas nesse estudo, partindo do pensamento crítico decolonial, passando pela reflexão dos conceitos discutidos nos estudos de gênero e sexualidade e pelas análises sobre o olhar interseccional, procurou-se contribuir com elementos para a produção de um pensamento crítico em psicologia. E, a partir disto, pensarmos na construção e na formação de profissionais comprometidos com uma clínica política que valorize, visibilize e decolonialize as identidades de gênero a partir do reconhecimento da diversidade de gênero.

Referências

- BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*. Brasília, v. 11, p. 89-117, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-33522013000200004&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 8 de maio 2018.
- BENTO, B. Disforia de gênero: geopolítica de uma categoria psiquiátrica. *Revista Direito & Práxis*. Natal, RN: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, p. 496-536, 2016.
- BUTLER, J. R. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Sujeito e História. Tradução de R. Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARNEIRO, N. S. Contra a “Violência do Inexistir”: Psicologia Crítica e Diversidade Humana. *Revista Psicologia & Sociedade*, v. 25, p. 40-47, 2013.
- CASTRO-GÓMEZ, S. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da invenção do outro. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Sociales. Buenos Aires, Argentina, CLACSO. Consejo Latinoamericano de Ciencias, 2005. p. 80-87
- CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFOGUEL, R. Prólogo. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFOGUEL (Eds.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007. p. 9-23
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Código de Ética Profissional do Psicólogo*. Resolução CFP nº 010/05. Brasília, agosto de 2005. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo_etica.pdf. Acesso em: 26 de março de 2018.

- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Resolução nº 1 de janeiro de 2018*. Estabelece normas de atuação para os psicólogos junto às pessoas travestis e transexuais. Disponível em: http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao2018_1.pdf. Acesso em: 26 de março de 2018.
- COSTA, J. B.; GROSGOUEL, R. Decolonialidade e Perspectiva Negra. Dossiê: Decolonialidade e Perspectiva Negra. *Revista Sociedade e Estado*. Brasília, v. 31, n. 1, p. 15-24, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00015.pdf>. Acesso em: 12 de maio de 2018.
- CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Rev. Estud. Femininos*, Florianópolis, v.10, n.1, p.171-188. 2002. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>. Acesso em: 12 de maio de 2018.
- ESPINOSA-MIÑOSO, Y. Una crítica descolonial a la epistemología feminista crítica. *El Cotidiano*. Universidad Autónoma Metropolitana Unidad Azcapotzalco Distrito Federal, México. n. 184, p. 7-12, 2014.
- FANON, F. *Os condenados da terra*. Juiz de Fora: UFJF, 2005.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Tradução de M. T. da C. Albuquerque e J. A. G. Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.
- FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, M. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. *Ditos & Escritos V: Ética, Sexualidade, Política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- FOUCAULT, M. *Segurança, território, população*. Tradução de E. Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- KILOMBA, G. *Plantation Memories, Episodes of Everyday Racism*. 2.ed. Münster: UNRAST Verlag, 2010.
- LANZ, L. *O corpo da Roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. Uma introdução aos estudos transgêneros*. Curitiba: Transgente, 2015.
- LUGONES, M. Heterosexualism and the Colonial/Modern Gender System. *Hypatia*, v. 22, p. 186-209, 2007.
- LUGONES, M. Colonialidad Y Género. *Tabula Rasa*. Bogotá, Colombia, v. 9, p. 73-101, 2008.
- LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v.25 n. 4, p. 935-952, 2014.

MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOQUEL (Eds.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007a p.127-168

MALDONADO-TORRES, N. *Walter Dignolo: una vida dedicada al proyecto decolonial*. Bogotá, Universidad Central, p. 186-195, 2007b.

MENEGHETTI, K. O que é um ensaio-teórico? Documentos e Debates. *RAC*, Curitiba, v. 15, n. 2, p. 320-332, mar./abr. 2011. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/rac>. Acesso em: 27 de março de 2018.

MIGNOLO, W. D. *Histórias Locais/Projetos Globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

PAIVA, V. A psicologia redescobrirá a sexualidade? Dossiê: Psicologia e sexualidade no século XXI. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 13, n. 4 p. 641-651, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v13n4/v13n4a02.pdf>. Acesso em: 15 de março de 2018.

PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA. *Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero*. 2007. Versão em português disponível em: <http://bit.ly/15MSYVY>. Acesso em: 15 de março de 2018.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina. *Anuario Mariateguiano*, Lima, Peru, v. 9, n. 9, p. 113-122, 1997.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: E. Lander (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*, CLACSO. Buenos Aires, 2005. p. 117-142

QUIJANO, A. Colonialidad del poder y clasificación social. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOQUEL (Eds.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; U.C., I.E.S.C. y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007. p. 93-126

RIBEIRO, D. *O que é lugar de fala? Feminismos plurais*. Belo Horizonte, MG: Grupo Editorial Letramento, 2017.

SAWAIA, B. B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, B. B. *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 99-191

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v. 20 n. 2, p. 75-99, 1995.

SILVA, C. G. *Sexualidade: Dimensão conceitual, diversidade e discriminação*. Dimensão Conceitual, Diversidade, Discriminação. Cartilha: Especialização em Gênero

e Diversidade na Escola. Módulo 3 - Sexualidade e Orientação Sexual. São Paulo, Universidade Federal de São Paulo, 2015.

SIMÕES, J.; FACHINNI, R. Paradoxos da Identidade, In: SIMÕES, J.; FACHINNI, R. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*, 2009.

VERGUEIRO, V. *Por Inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. 2015. Dissertação (Mestrado) - Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade. Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2015.